



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**DIÁLOGO ENTRE A MENINA BONITA E O MENINO NITO:
REPRESENTATIVIDADE NEGRA EM DOIS LIVROS DE LITERATURA
INFANTOJUVENIL**

NIUANI MENDES PEREIRA

**RIO DE JANEIRO
2019**

NIUANI MENDES PEREIRA

**DIÁLOGO ENTRE A MENINA BONITA E O MENINO NITO:
REPRESENTATIVIDADE NEGRA EM DOIS LIVROS DE LITERATURA
INFANTOJUVENIL**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da UFRJ como requisito parcial à
obtenção de título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Lima de Souza

**RIO DE JANEIRO
2019**

PEREIRA, Niuani Mendes.

Diálogo entre a Menina Bonita e o Menino Nito: representatividade negra em dois livros de Literatura infantojuvenil/ Niuani Mendes Pereira; orientadora: Marta Lima de Souza. Rio de Janeiro, 2019.

∴

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

1.representatividade negra 2.Literatura afro – brasileira 3.identidade negra

NIUANI MENDES PEREIRA

**DIÁLOGO ENTRE A MENINA BONITA E O MENINO NITO:
REPRESENTATIVIDADE NEGRA EM DOIS LIVROS DE LITERATURA
INFANTOJUVENIL**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da UFRJ como requisito
parcial à obtenção de título de
Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Marta Lima de Souza

Prof. Dr. Reuber Gerbassi Scofano

Profa. Me. Amanda Guerra Lemos

Profa. Me. Sônia Rosa

RIO DE JANEIRO, 2019.

Dedico esse trabalho às brasileiras negras e aos brasileiros negros que tiveram o seu acesso à universidade negado e mesmo assim transmitiram um legado de perseverança, resistência e insistência na igualdade racial para que eu descobrisse e desvendasse um mundo que eles não viram e que é de direito de todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por tudo que me proporcionou até aqui.

Aos meus pais, principalmente à minha mãe pelas marmitas feitas, pelo dinheiro emprestado, pelas noites em claro, por me ouvir em momentos de choro e desespero, por me consolar, me abraçar e dizer que "No final tudo vai dá certo" e deu. Por demonstrar sua força

através das orações e lutar como uma leoa contra tudo e todos por uma educação melhor para mim.

À Marta Lima de Souza, além de ser professora, amiga e parceira de estudos, é minha orientadora para vida. Obrigada pela paciência, persistência e resiliência em todos os momentos, pela troca de palavras, abraços, afetos e por me fazer acreditar que posso sempre mais. Você é uma mulher magnífica. Sou grata ao universo por me permitir te encontrar nessa vida e por você não desistir de mim nos momentos de mágoas, dores e tristezas.

À Tamires, minha amiga e irmã de alma, por acreditar em mim e na nossa amizade desde do ensino médio, por ser a calma em meio aos furacões, por ser a voz que eu precisava escutar e acreditar, por ser a orientadora em meio aos desamparos e por ser minha melhor amiga, que mesmo na distância, se mantém presente.

Ao meu Noivo, Julio Cesar, por todo apoio durante esses longos 5 anos de Universidade, especialmente por me ouvir nos momentos de aflição, pelos passeios culturais, pelos conselhos, por acreditar em mim e embarcar nos sonhos junto comigo. Sem você, tudo teria sido mais difícil. Obrigada pela paciência e zelo, por somar felicidade e dividir os medos.

Aos meus amigos, que fizeram parte da minha graduação, que por meio de conversas, orientações, brigas, esporros e acolhimento fizeram com que não desistissem de mim: Adriane, Ana Paula, Breno Abrantes, Manuela, Michelle, Milena e Renata, sem vocês nada teria sentido. À minha amiga Natália Esteves, por ter dividido comigo os momentos mais difíceis da faculdade, estágios obrigatórios e por cada estímulo com as aulas noturnas, trabalhos de faculdade, escritos de relatório e os cafés no Asterius que foram de grande importância. Ao meu amigo Anderson Alves, que me ajudou de maneiras que ele nem imagina! Obrigada por estar do meu lado sempre, principalmente nos incentivos de escrever artigos, trabalhos, grupos de pesquisa, empoderamento negro, nos conflitos e realizações no estágio em Caxias e me dizer sempre para ocupar espaços que são de direitos nossos. Seu apoio foi essencial.

Em especial, agradeço a Joelma Mesquita, por toda a parceria e lealdade nesses longos 2 anos de estágio em Caxias, nos cursos e extensões sobre mediação e inclusão escolar. Sem você, nada teria a mesma graça.

"Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se

realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, libertam-se na vida de cada um de nós que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter ouvidos, os olhos e o coração abertos” (EVARISTO, 2013, p.103).

RESUMO

Este estudo tem como propósito analisar como a representatividade negra se apresenta nos livros literários afro-brasileiros, *A Menina Bonita do Laço de Fita* (2002) e *O Menino Nito* (2001), que antecedem a Lei 10.639/03. Para alcançar o objetivo, levantamos questões que nos orientaram: como a representação e identidade dos personagens negros são constituídos nos livros infantojuvenis afro-brasileiros anteriores à legislação antirracista? A literatura infantojuvenil representa o personagem negro pela visão eurocêntrica, estereotipada e desprestigiada? Para o embasamento teórico foram utilizadas contribuições de Araujo (2017) Costa (2016), Cuti (2010), Debus (2017), Feijó (2008), Fernandes (2013) e Zilberman (2003) entre outros que esclareceram a relevância da literatura afro-brasileira na construção de representatividades e identidades. O estudo foi desenvolvido através da pesquisa qualitativa (MOREIRA & CALEFFE, 2008) e o procedimento metodológico utilizado consistiu de uma análise comparativa de dois livros literários afro-brasileiros destinados ao público infantil em diferentes tempos e provenientes de duas autoras brasileiras da literatura infantil. A análise evidenciou que no primeiro livro a temática da questão étnicorracial se perde dentro de uma proposta que caminha para uma perspectiva de miscigenação e a diferença racial transparece generalizada e exótica, enquanto que o segundo livro aborda as possibilidades, representatividades e narrativas que favorecem visibilidades através das imagens que ressaltam a representatividade negra de forma a promover uma relação positiva através das imagens com a população negra. Após a construção dos capítulos teóricos e da análise, pode-se concluir que a literatura infantojuvenil afro-brasileira interfere na construção de identidades da criança negra e que para compreender a construção da identidade do indivíduo a partir da literatura afro-brasileira, tornou-se necessária a promulgação de uma legislação antirracista de forma que possibilitasse reflexões que rompessem com ideologias fundamentadas em desigualdades étnicorraciais e construísse a partir das histórias literárias

afro-brasileiras do passado, um futuro promissor de diversidades e conhecimentos de texto de caráter antirracista.

Palavras-chave: Lei 10.639/03 - Literatura afro – brasileira – representatividade negra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – PANORAMA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL E A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA.....	14
CAPÍTULO II – LEI 10.639/03: DAS POSSIBILIDADES À OBRIGATORIEDADE... 	23
CAPÍTULO III – REPRESENTATIVIDADE DE PERSONAGENS NEGROS EM MENINA BONITA E O MENINO NITO.....	29
3.1: SE NÃO FOSSE O COELHO...QUEM SERIA A MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA?.....	33
3.2: NITO, A SUA IMAGEM VALE MAIS DO QUE MIL PALAVRAS.....	40
3.3: RESULTADOS DA PESQUISA	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
ENTRE PERCALÇOS E PERCURSOS, ANDAMOS UM POUQUINHO MAIS	46
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras e africanas, nota-se um aumento na publicação de obras literárias que envolvem essa temática. Porém, ao analisar produções literárias afro-brasileiras que antecederam as leis, buscamos compreender a construção da identidade negra e a representatividade negra na literatura infantojuvenil. Por isso, faz-se necessário apresentar os fatores que colaboraram para ratificar a representação do povo negro na diáspora, tendo os obstáculos de diversas ordens que marcaram o direito à existência nas narrativas e imagens nos textos, visto que o racismo levou as relações sociais a se estreitar e a dissolver os laços entre os indivíduos por conta da pigmentação da pele e corroborou por décadas para o silêncio de grupos negros, em especial, na literatura infantil, até chegar numa representação humanizadora, que levou para os livros literários reconhecimentos de estéticas positivas nas narrativas.

Por conta disso, a nossa pesquisa tem caráter introdutório se concentra numa proposta de se debruçar em trabalhos que se propõem a realizar estudos sobre as relações étnicorraciais na literatura infantil e dialogar com os livros literários que antecedem as leis antirracistas, que hoje podem olhar para o presente com um olhar ativo e endereçados por potencialidades, com percepção de que a representatividade negra perpassou por percalços no passado, mas que fortaleceu com esperanças e anseios para novos caminhos com avanços significativos.

O objetivo geral da pesquisa foi realizar um estudo sobre a representatividade negra a partir do diálogo entre os livros *Menina Bonita do Laço de Fita* (2001) e *O Menino Nito* (2002) que se constituem como livros literários afro-brasileiros que antecedem à legislação antirracista que se constitui de normativas que se debruçam no processo de ações afirmativas, num contexto étnicorracial, em específico a Lei 10.639/03 e analisar como a representação negra dos protagonistas que compõem as obras acima possibilitou, a partir das suas imagens, compreender a construção da representatividade negra.

Para que fosse alcançado o objetivo da pesquisa foi necessário dividir o estudo em três capítulos. O primeiro capítulo abordou o conceito histórico da literatura constituída pela humanidade, o sentido de literatura infantojuvenil que se constituiu no Brasil e o silêncio revestido de apagamentos e configurações de racismo na produção literária com a temática afro-brasileira. A fim de contemplar esse capítulo autores como Costa (2016), Cuti (2010), Debus (2017), Feijó (2008), Fernandes (2013) e Zilberman (2003) foram selecionados para nortear a pesquisa.

No segundo capítulo busca-se apresentar a legislação antirracista e as normativas nacionais que estão envolvidas no processo de fomentar a inserção da temática africana e afro-brasileira, como a Lei 10.639/03, na qual conteúdos são apresentados por instituições de modo que sejam constituídas informações sobre a luta dos negros no Brasil, contribuições humanizadas e potencializadas a partir da influência da cultura africana e afro-brasileira à História do Brasil, sendo isso o diferencial nas lutas antirracistas.

Ainda no segundo capítulo, apresentamos o documento que vai em busca de implementar a Lei 10.639/03 de forma mais contextualizada, sendo nomeado pelo Conselho Nacional de Educação como Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Destacamos as contribuições das Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnicorraciais (2006), o entendimento de que o documento é constituído por vários grupos de estudiosos que visam a um trabalho que contemple a diversidade étnicorracial com orientações que atentam para a realidade da desigualdade racial e representatividade negra, visto que não eram apresentados nos textos literários que antecedem à lei.

Por fim, no segundo capítulo, ainda apresentamos o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2008) como resposta a promulgação da lei que não garante na prática as atribuições necessárias para efetivar as práticas afirmativas.

Ao chegar no terceiro capítulo, foi possível ir ao encontro das obras literárias escolhidas para compor a análise e como essas obras que antecederam à lei 10.639/03 apresentaram as representações raciais e como tendem a influenciar na construção identitária da população negra.

Nesse capítulo, analisamos as duas obras literárias, *A Menina Bonita do Laço de Fita e O Menino Nito*, no qual o primeiro livro apresenta a temática étnicorracial dentro de uma proposta que caminha para a miscigenação, enquanto que o segundo livro aborda as possibilidades, representatividades e narrativas que favorecem visibilidades através das imagens que ressaltam o tema étnicorracial de forma a promover uma relação humanizadora com a população negra. Com os autores Araujo (2017), Cuti (2010), Gomes (2012), Oliveira (2003), Oliveira (2008), Pesavento (2006), Silva (2010) e consulta a legislação antirracista foi possível dialogar significativamente para atingir o objetivo de fazer com que essa análise subsidie reflexões e perspectivas, e contribua para abrir novos caminhos diante dos ensinamentos e representações de produções literárias que assumam uma dimensão

antirracista e nos possibilite a olhar para além das meninas bonitas que usam laços de fitas de exotismo, ao mesmo tempo que nos permita ocupar narrativas e imagens de negros que carreguem as verdades e potencialidades humanizadoras.

Portanto, iniciamos a nossa pesquisa com a intenção de contribuir com reflexões e diálogos que possibilitem compreender a representatividade negra por meio de narrativas escritas e de imagens constituídas nos livros literários infantojuvenil, nos quais possamos favorecer a população negra a olhar para si e sentir representado na literatura afro-brasileira.

1. PANORAMA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL E A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA

De acordo com os estudos de Debus (2017) compreende-se que literatura é conjunto de histórias construídas pela humanidade, sem perspectivas práticas e funcionais, sendo perpassadas e vividas como entretenimento, tradições e prazer por contar e transmitir histórias, não sendo um mero passatempo e sim, um patrimônio cultural, que cria identidade e comunidade, proporcionando um discurso com muitos esboços, que nos convidam para uma reflexão em plena liberdade de pensamentos e ambiguidades de linguagem e vida. Em virtude de memórias coletivas perpassadas de geração a geração, foi possível manter muitas histórias e narrativas repletas de lendas, mitos e tradições populares através de transcrições que foram recriadas e reinventadas, possibilitando atravessar fronteiras e eras, como o próprio folclore brasileiro que incorporou muitos mitos, como a mula sem cabeça, lobisomem e curupira, “sendo personagens clássicos de histórias infantis das culturas europeias, africanas e indígenas” (FERNANDES, 2013).

Por isso o texto literário é um emaranhado de forças humanizadas, diante das observações de que “as necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, enriquecem a nossa percepção e a nossa visão de mundo” (CANDIDO, 1995, p. 240). O texto literário permite uma experiência em que o outro se distancia da sua realidade e ao mesmo tempo se aproxima, tendo a oportunidade de se reconfigurar, imaginar-se em um tempo e espaço que não são seus e ainda sim seja capaz de repaginar todo o seu viver.

Os contos perpassados pelas diversas fases das memórias coletivas e histórias construídas pelo povo através da oralidade, despertou a admiração e o fascínio de adultos e crianças, servindo de grande pesquisa para livros pensados no segmento infantil. No século XVII, o escritor Charles Perrault criou e disseminou um gênero literário: o conto de fadas. Até então nunca visto, “ele foi o primeiro a registrar através da escrita as lendas e histórias contadas por mulheres francesas em salões nobres” (FERNANDES, 2013, apud FEIJÓ, 2008).

Na sua coletânea, chamada “Contos da mamãe gansa”, publicada primeira vez em 1697, o autor reuniu contos que foram marcantes na sua infância para contar para os seus filhos. Para isso, concedeu uma finalização literária, dedicando a estrutura textual e a coesão, fazendo alcançar um enorme status dentro da sociedade, propondo educar as crianças através de histórias recontadas pelo próprio escritor francês. Dentre as obras, cabe citar *A Bela*

Adormecida, Chapeuzinho Vermelho, O Pequeno Polegar, O Barba Azul, Cinderela, O Gato de Botas, entre outras que também se tornaram clássicas.

O próprio autor inspirou outros autores a investir no gênero, como os Irmãos Grimm, autores de importantes fábulas como A branca de neve e Rapunzel, e também escreveram as suas próprias produções influenciadas nos contos clássicos de Perrault e outras centenas de histórias recontadas em uma linguagem próxima da oralidade (FERNANDES, 2013 apud MACHADO, 2002).

Para completar a tríplice de autores dos contos de fadas, temos por último o Hans Christian Andersen, “o pai da literatura infantil” (FERNANDES, 2013, p. 14). O autor recebeu esse título por não se limitar aos contos e recontos populares, sendo ousado em criar e estimular a produção literária para crianças, seguindo o estilo tradicional e firmando-lhes as suas características autorais. “A ousadia de Andersen estimulou a produção literária para crianças, sem didatismo — aspecto fundamental para a qualidade dos livros infantil”. (FERNANDES, 2013, p. 15 apud MACHADO, 2002, p. 51) Da sua forma de escrever poética se originaram *O Patinho Feio, Polegarzinho, A Pequena Sereia e Soldadinho de Chumbo*.

Percebe-se que a criança ganhou espaços na literatura desde século XVII, numa sociedade em que tinha por objetivo inculcar seus princípios e valores através de histórias publicadas e recontadas a partir desses autores citados acima. Mas, segundo Fernandes (2013, p. 14):

A Revolução Industrial consolida uma mudança que vinha ocorrendo na estrutura da sociedade desde o século XVII. O capitalismo, gerando novas formas de divisão do trabalho, começou a distinguir as crianças dos adultos no trabalho da fábrica. E durante este período houve uma reorganização da sociedade, com a ascensão da família burguesa, da educação e do conceito de infância. A criança deixa de ser considerada um futuro adulto e passa a ser vista com características próprias. (FERNANDES, 2013, p.14)

A criança ganhou espaço, mas não uma literatura com segmento específico e produtivo direcionado para si. Por conta disso, não há possibilidade de falar de uma literatura para crianças antes desse período. Somente a partir do século XVII, com a Revolução Industrial, a criança passa a ser vista de forma diferente pela sociedade e a literatura juvenil se estrutura diante dos públicos infantil e juvenil, se tornando segmento do mercado editorial, especialmente por meio das adaptações de clássicos e os romances de formação, sendo o último, como afirma Feijó (2008), tem por objetivo “forçar ou reforçar o nacionalismo e padrões de comportamento”.

Para a especificidade e desempenho da literatura infantojuvenil durante esse processo de transformação e reorganização de sociedade, família e conceito de infância, compreende-se

que o texto literário para infância tem como o público-alvo as crianças. Porém, a criança não é a primeira leitora do texto, pois o adulto faz aquisição do livro antes da criança. Com isso observam-se dois leitores, conforme esclarece Debus (2017) em que o primeiro leitor é a criança com reduzida experiência de vida, e o outro leitor sendo adulto e repleto de experiência literária e com vasta bagagem sobre o desenvolvimento do texto literário. Quem produz o texto na maioria das vezes é o adulto, que entrelaça e reproduz toda a sua própria visão de mundo na sua forma de produzir literatura,

Seja pela veiculação de conceitos e padrões comportamentais que estejam em consonância com os valores sociais prediletos; seja pela utilização de uma norma linguística ainda não atingida por seu leitor, devido à falta de experiência mais complexa na manipulação da linguagem. Assim, os fatores estruturais de um texto de ficção – narrador, visão de mundo, linguagem, podem-se converter no meio por intermédio do qual o adulto intervém na realidade imaginária, usando – a para inculcar sua ideologia (ZILBERMAN, 2003, p.23).

Tendo um produtor de texto literário infanto-juvenil adulto não faz da literatura infanto-juvenil ser melhor ou pior dentre as literaturas, como afirma Eliane Debus (2017, p. 27), "A literatura infantil e juvenil obedece a critérios esteticamente literários". Acontece que há um entrelaçamento histórico a um público leitor específico que é a criança, pois essa literatura foi transformada durante muito tempo conforme o sentido de infância e se modificou na mesma proporção em que se altera a imagem social de infância e as conquistas para com o espaço de títulos e tratamentos para as crianças e jovens no espaço editorial. Por conta disso, existe uma preocupação e anseios para as características específicas para a produção dos livros literários.

Debus (2017) aponta que essas características se sobressaem na materialidade do livro, composto pela capa, tamanho, fonte, imagem, qualidade e textura do papel, ilustrações, formato do texto e o diálogo com o leitor. Andrade e Corsino (2007) destacam em seus trabalhos sobre avaliação dos livros que compõem os acervos literários nas bibliotecas das escolas públicas a partir do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE/2005), dentre as características elencadas pela Debus (2017), a ilustração com um papel peculiar e fundamental nas publicações, sendo interpretada como narrativa, com importância intrínseca e um peso relevante como critério nas escolhas dos livros, principalmente nos livros compostos por imagem.

A partir dos trabalhos de consultoria no MEC – Ministério da Educação e Cultura / PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Educação Indígena na área

de Comunicação e Arte, a ilustradora e design Ciça Fittipaldi (2008) destaca que a ilustração é uma linguagem, e dada essa denominação de grande relevância para o leitor, faz com que a criação e a experimentação sejam perceptíveis e fruídas em proporção ao público leitor e não uma mera reprodução dos textos verbais. Para que a comunicação e a interlocução sejam plausíveis entre a linguagem verbal e visual indo para além das páginas dos livros é preciso que a ilustração “[...] busque atravessar o verbal em sua referencialidade e estabelecer a partir de uma leitura própria, propositiva e criativa” (ANDRADE; CORSINO, 2007, p. 87), e sim ampliar os horizontes que muitas vezes são encarcerados na medida em que podam e controlam os anseios imaginários.

A literatura tem um papel primordial de partilhar com os leitores, independentemente da idade, valores sociais, cultural, histórico e ideológico por estar entrelaçada com as realizações culturais e entregar todo o processo de comunicação. Mesmo tendo uma característica ficcional, "esses valores são dados a ler de forma não explícita, através do jogo de negociação de sentidos estabelecido no diálogo leitor texto", aponta Debus (2017, apud AZEVEDO, 2006, p.19).

Ocorre que a relação entre o texto infantil produzido por um adulto, e o leitor sendo o adulto e depois a criança, fez com que proliferassem produções e construções de textos literários por meio de personagens modelares, seguidos de exemplos de bons comportamentos e valores a serem exercidos, carregados de narrativas que alicerçam grupos mantenedores do poder no Brasil durante o século XX. Isto deu-se a partir da classe urbana ansiosa por mudanças, o que possibilitou o aparecimento de livros infantis com traduções estrangeiras e adaptações de obras destinadas aos adultos com modelos europeus de escritas para crianças (ZILBERMAN, 2005) e todos esses anseios remeteram para uma literatura hegemônica, com viés canônico, silenciando por muitos anos a representação de personagens negros, indígenas, asiáticos, entre outros, sendo assim,

Firmando um período onde a temática e ideologia aliam-se explicitamente à forma de escrever dos movimentos artísticos transplantados da Europa e com uma constituição populacional enfatizados com elementos a partir do realismo, naturalismo e parnasianismo enraizados por concepções locais. (CUTI, 2010, p.16)

Pensar a produção de livros literários infantis e juvenis no Brasil é pensar Monteiro Lobato, que foi precursor em idealizar o livro como produto e a literatura como algo a ser mercantilizado, como afirma Fernandes em sua dissertação sobre o mercado editorial (2013 apud FEIJÓ, 2008, p.68). Como grande escritor, descobriu o enorme potencial nos livros

paradidáticos e o quanto o mercado de livros para as crianças era restrito e dificultava o acesso às camadas mais populares, tornando o hábito de leitura caro e privilegiado.

Com as suas publicações, em destaque o livro *Narizinho arrebitado, em 1921*, que foi o primeiro livro infantil publicado pela sua própria editora Monteiro Lobato & Cia, percebe-se que Monteiro Lobato usa uma linguagem precisa e acessível às crianças da época, com narrativas interessantes, divertidas e instrutivas e com característica própria, como por exemplo "simplicidade encantadora" (BRERO, 2003).

Dentre os personagens do livro *Narizinho arrebitado, em 1921*, há uma personagem negra chamada Tia Anastácia, representada com docilidade servil, submissa ao cumprimento de seu papel de subalternidade, explicitando no que diz respeito à presença de personagens negros ou de elementos da cultura africana e afro-brasileira em narrativas de recepção infantil e juvenil, produzidas no Brasil, que quase inexistem anteriormente à década de 1970. E quando isso advém, repercutem ideias vinculadas ao regime de inferioridade promovido pela escravização dos povos africanos e suas diásporas. (DEBUS, 2017).

É nítido que Monteiro Lobato é um sujeito importante para a literatura infantil e juvenil no Brasil, que realizou uma revolução nos livros destinados às crianças e aos jovens, dando um novo conceito de qualidade para a produção literária e um legado para a importância no aumento qualitativo de livros literários, influenciando uma nova geração de autores, porém, com uma visão estereotipada em relação ao negro.

A nova geração de autores influenciados por Monteiro Lobato, nas primeiras décadas do século XX, demonstra nas suas escritas na literatura infantil nacional um posicionamento em representar a sociedade com a figura do negro submisso e uma sutil integração racial, com personagens que demonstram desejos de embranquecimento e uma visão etnocêntrica e estereotipada em relação aos personagens negros, indígenas e asiáticos. Tais evidências acadêmicas são oriundas de pesquisas e relatos como os de Maria Cristina Gouvêa (2000), Luis Fernando França (2006) e nos escritos de Eliane Debus (2017). Segundo Cuti,

Nesse contexto, os descendentes de pessoas escravizadas são utilizados como temática literária predominantemente pelo viés do preconceito e da comiseração. A escravidão havia coisificado os africanos e sua descendência. A literatura, como reflete e reforça as relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidade e, portanto, humanidade. (CUTI, 2010, p. 16)

Pesquisadores sobre a temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura e as representações sobre o negro no século XX, como Gouvêa (2000), França (2006), Debus

(2017), que têm seus estudos realizados no século XXI, mas que usaram como referência textos literários produzidos no século XX, como afirma Eliane Debus, apontam que a presença de personagens negras e negros e elementos da cultura africana e afro-brasileira em narrativas literárias infantis e infantojuvenis, são perceptíveis a partir da década de 1980, mesmo sabendo que o fazer artístico afro-brasileiro, a cultura da oralidade, uma escrita negra que perpassa pela nossa experiência e o compromisso do negro de se portar no mundo tenha a sua presença registrada desde do período colonial e até mesmo período imperial vivido em seus reinos e grupos. Contudo, sofreram silenciamento e um apagamento deliberativo, ao perpassar pela história um processo de materialização em grande escala.

Por isso, cogitar a inserção de personagens negras e negros e elementos de cultura africana e afro-brasileira num contexto literário infantil e juvenil no período anterior a década de 70 no Brasil é algo inexistente, pois o “boom” da literatura infantil brasileira acontece a partir da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 com programas de incentivo à cultura, expansão do mercado editorial e as exigências da leitura de literatura nacional (DEBUS, 2017).

A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 promoveu um crescente aumento na produção de obras para crianças referentes ao contexto social, político e econômico vigente, proporcionando um aumento significativo de instituições e programas de incentivo à leitura a partir da literatura nacional, como afirma Lajolo e Zilberman (1987) que “o livro literário para a infância perpassa para uma consolidação de comprometimento com a representação realista”. Com isso, as personagens negras e negros na literatura infantil, após a lei n. 5.692/71, não ocupam um papel de protagonistas que pudesse contemplar a diversidade étnica e sim as representações com formas e características de processo de miscigenação branqueadora e a condição negra, indígena e asiática como objeto, a partir de uma visão etnocêntrica com propósitos de demarcar o espaço e a restrição de personagens negros e "negar os elementos culturais de origem africana e afro-brasileira" (CUTI, 2010) sob o manto do silêncio e pela justificativa de ter a negra e o negro representados com docilidade servil, submisso, com ar de apiedamento e se travestido de outra pele, como forma de repercutir uma literatura brasileira de dominação ideológica nacional, a fim de cristalizar um Brasil exclusivamente branco, elitista e eurocêntrico.

Aos poucos, as produções apresentadas no final do século XX, sendo mais precisa nas décadas de 80 e 90, passaram a demonstrar novos contornos sociais e assuntos com temas problematizados a fim de consolidar uma literatura infantil comprometida com a

representação realista da sociedade, em muitos casos, com escritas compromissadas “com valores conservadores, maniqueístas e autoritários” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1987, p. 126).

Isso demonstra que as pesquisas realizadas sobre a temática da cultura africana e afro-brasileira realizada nas décadas de 90, como afirma Debus (2017) traziam as personagens negras e os personagens negros próximos à realidade, percebendo que a tendência predominante em relação a temática era a "denúncia à pobreza, ao preconceito racial, enaltecer a beleza negra através de conotativos "marrom" e "pretinha" e a "disseminação do mito racial" (Rosemberg,1985), percebendo que os estudos que apontam o negro como protagonista são contraditórios, preconceituosos e tendenciosos.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os temas transversais buscam relacionar o tema Pluralidade Cultural e nortear em relação à diversidade e ao respeito entre as culturas que constituem o Estado em convivência a sociedade brasileira, percebendo que no próprio documento afirma que:

As regiões brasileiras têm características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos sociais e culturais muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõem o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória popular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser o local de diálogo, de aprender as diferentes formas de expressão cultural (BRASIL, 1996).

Por isso, nota-se que os temas transversais assumiram um papel de evidenciar o quanto o Brasil é um país multiétnico e pluricultural, valorizando à diversidade da nação brasileira e compromisso no que diz respeito às relações étnicorraciais e reconhecimento da valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, indígenas e asiáticos, visto que o maior anseio era/é por uma sociedade justa e democrática.

Acontece que vivemos numa sociedade, na qual prevalece um entendimento negativo e racista que foi construído historicamente a respeito da população negra e, em contrapartida, a identificação positiva do branco sendo cada vez mais estruturada. Durante todo esse processo, a imagem do negro foi sendo estereotipada, desvalorizada e a imagem do branco valorizada e todos esses valores sendo interiorizados por todos os indivíduos no decorrer da sua formação. Quanto mais a ausência de problematização e práticas de uma educação antirracista, mais crianças são propícias a se tornarem indivíduos preconceituosos, racistas e discriminadores. O ensino e a problematização do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira na literatura por meio da representação de personagens negros como protagonistas e

narrativas positivas têm um papel primordial na inserção e na socialização de crianças negras no enfrentamento de discriminação racial e situações de conflito raciais.

Por conta disso, perceberam ao longo do século XX que a Lei 9.394/96 e o que foi estabelecido na Constituição Federal 1988 que garante igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, não ofereciam uma resposta à altura que a população afrodescendente exigia, de modo a acentuar a inclusão da temática da discriminação e o preconceito racial, política de reparações, reconhecimento e valorização de nossa história, cultura e identidade.

Portanto, no próximo capítulo será possível observar e analisar as possibilidades e à obrigatoriedade que a Lei n.10.639/03 como legislação antirracista viabilizou de forma positiva a identidade étnicorracial em diferentes contextos nacionais, considerando o Brasil ser um país de maioria população negra, como afirma Costa (2016).

2. LEI 10.639/03: DAS POSSIBILIDADES À OBRIGATORIEDADE

Embora as práticas discriminatórias e estereótipos encontrados em produções literárias, nos quais a temática social representava personagens negros, em grande maioria, associada à pobreza, à carência de mãe e pai, à miserabilidade humana e às tutelas por homens brancos, com viés assistencialista e viabilizados como "bons", como aponta os estudos de Oliveira (2003), fez com que de fato dificultasse diretamente no reconhecimento e na própria identidade. E, por conta disso, fez com que fosse necessário implementar normativas nacionais, como as que existem atualmente, que buscassem fomentar a inserção da temática africana e afro-brasileira e de reparar a partir das políticas de ações afirmativas as ações negativas, racistas e preconceituosas existentes na sociedade.

As Leis Federais 10.639/03, 9.394/96 e 11.645/08 dissertadas neste capítulo são propositoras de políticas de ações afirmativas, entendidas como políticas que visam à garantia de direitos sociais, civis, culturais e econômicos, conforme apontaram os estudos de Gaspar e Barbosa (2012). São importantíssimas para a nossa sociedade, que atendem por objetivos plausíveis, com as reparações à história da população negra, a valorização da cultura e identidade de forma efetiva e expressiva nos espaços públicos e privados, compreendendo que essas demandas normativas favorecem para a mudança de pensamentos e atitudes retrógrados, visto que se acredita que a sociedade brasileira é homogênea com discursos hegemônicos que silenciam a população negra, porém não visa só contemplar e mudar os mesmos, mas a população como um todo, pois esses "[...] devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática" (Brasil, 2004, p.17).

A Lei 10.639/03 modifica a Lei 9394/96 ao inserir no currículo oficial da Educação Básica da rede de ensino pública e privada a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Com o Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República, essa foi uma das primeiras ações em seu primeiro mandato, podendo conceituá-la como afirmativa em resposta as reivindicações do movimento negro ao longo do século XX e a toda população negra que lutou durante anos e que ainda luta para que o Estado Brasileiro reconheça o racismo como institucional e proponha estratégias e práticas para erradicá-lo, apontando assim para uma "emergência de dispositivos legais que valorizem a história e a cultura dos afro-brasileiros e africanos" (COSTA, 2016, p.23).

Na leitura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, sendo mais precisa, no Art.26 que aponta bem mais do que incluir novos conteúdos, ampliar argumentos à

cidadania e diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira, e também pleiteia a forma de repensar e abordar as relações étnicorraciais, sociais e pedagógicas, na perspectiva de mudar o foco de um pensamento etnocêntrico e pensar em dialogar por contribuições educativas que levem a práticas de estudos, atividades e abordagens literárias com foco em contribuições histórico-cultural dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, raiz africana e europeia.

Por essas reivindicações, tornam-se obrigatória a exigência e a importância da inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, o que só foi possível a partir das mudanças ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 pela Lei 10.639/03, que simboliza a luta dos negros no Brasil em referência à sua história e sua trajetória. Por ser um dispositivo legal, significa um fato propulsor para reconhecer a educação brasileira comprometida aos avanços por uma educação antirracista, pois propõe construir e reconhecer a diversidade étnicorracial e valorizar a história e a cultura dos povos negros, mesmo ainda sendo uma política peculiar fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, em busca de combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. (BRASIL, 2004, p. 06)

Os dispositivos legais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e a Lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena trouxeram visibilidade aos conteúdos de valorização a história e cultura de afro-brasileiros e africanos, “como nossas raízes étnicas e culturais ameríndias, que reafirma a identidade brasileira multiétnica e pluricultural” (SINPRO-DF, 2008) a fim de superar a desigualdade étnicorracial presente nos espaços e conteúdos educativos através das disciplinas interdisciplinares e Temas Transversais com a adaptação à demanda da pluralidade cultural.

Através dos estudos da Debus, Vasques (2009) percebe-se que a Lei 10.639/03 foi não só fundamental, como é possível comprovar que existiu uma ampliação da produção literária para crianças e adolescentes no mercado editorial, pois, a imagem do negro na história da literatura brasileira sempre foi pouco representada, marcada por empecilhos de diversas origens e ordens, passando pelo direito à existência nos textos até o reconhecimento de suas experiências estéticas nas narrativas, como afirma Débora Oyayomi (2017) que independentemente dos percalços, é necessário legitimar e afirmar que a busca por

representatividade vem sempre da necessidade de reafirmar que os passos trilhados na trajetória do povo negro para a representação por personagens negras e negros na literatura infantil brasileira vêm de muito longe, marcados por estereótipos, violências, desumanização e pelo racismo esculpido de diversas maneiras e marcado por total invisibilidade.

As pesquisas sobre a temática da cultura africana e afro-brasileira para crianças e jovens em editoriais brasileiros feitas pela OLIVEIRA (2009) mostraram que houve um aumento quantitativo nos números de autores dedicados a temática e às publicações com representações de personagens negros, que nas palavras de Débora Oyayomi Araujo (2017, p. 46), “houve um distanciamento aos modelos racistas do início do século, herdados de um racismo científico do século 19”, e que aos poucos foram sendo desencorajados nas produções artísticas brasileiras e sendo manifestado através das caracterizações da condição de sofrimento e vulnerabilidade dos personagens negros, admitindo que a Lei 10.639/03, como Política de Ação Afirmativa trouxe avanços na valorização e no reconhecimento nos processos históricos de resistência negra, sobretudo nos novos referenciais teóricos do campo das escritas no universo infantil e juvenil, que passaram a questionar e denunciar representações das negras e dos negros em materiais e panoramas que depreciam as culturas afro-brasileiras e africanas.

Debus (2012) aponta para uma pesquisa realizada em 2006, que teve por objetivo mapear as produções literárias para crianças com a temática étnicorracial, o reconhecimento de que as mudanças ocorridas na educação brasileira foram de grande importância para a proliferação e acolhimento de obras literárias que tematizam a diversidade étnicorracial brasileira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), acoplando os Temas Transversais e tendo o tema Pluralidade Cultural, especificamente, se encarregou de nortear a respeito sobre os diferentes grupos e culturas que convivem na sociedade brasileira, e assim trouxe para o mercado editorial uma demanda, em que os próprios catálogos começaram a apresentar títulos e coleções que contemplavam o tema transversal com o qual dialoga, e assim, junto a promulgação da Lei 10.639/03 aparece uma demanda maior sobre a incursão da temática da cultura africana e afro-brasileira no quantitativo do nicho editorial. (DEBUS, 2012, p.144-145).

Ao realizar o levantamento quantitativo de títulos referentes às editoras reconhecidas e com tempo de mercado há mais de dez anos, perceberam que as exigências da Lei 10.396/03, sobretudo a atuação do Movimento Negro em querer desnudar o racismo na literatura brasileira no universo infantil e juvenil, em que no final escritoras e escritores negros se propuseram a investir suas escritas em representações de valorização das culturas

afro-brasileiras e africanas, resultou em aumentos significativos de publicações que tematizam e problematizam as questões étnicorraciais por meio de representações de personagens negros como protagonistas e narrativas que enaltecem a cultura e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira, como afirma Ione Jovino (2006), sobretudo as personagens negras que passaram a ser representadas com maior qualidade em relação as suas características:

Mostra sua resistência ao enfrentar os preconceitos, resgatando sua identidade racial, desempenhando papéis e funções sociais diferentes, valorizando as mitologias e as religiões de matriz africana, rompendo, assim, com o modelo de desqualificação presente nas narrativas dos períodos anteriores. (JOVINO, 2006, p. 189)

No que diz respeito a Lei 10.639/03, Debus (2017, p.40) “afirma que é possível constatar através de pesquisas que mapeiam a produção literária de temática africana e afro-brasileira que houve um crescente número de autores se debruçando sobre o tema” e através de estudos com a Ângela Balça (2008) é possível detectar um aumento significativo de obras com temáticas correlatas às culturas afro-brasileiras e africanas e afirma que não há como reduzir a um simples aumento significativo por conta de um “viés mercadológico [aproveitou-se] de um nicho” (DEBUS; BALÇA, 2008, p.66-67). Ou, também resumir a apenas a estratégias políticas vividas pela sociedade com estratégia política de dominação, pois essas vozes que ecoam a partir do aumento significativo de obras que “tematizam e problematizam as questões étnicorraciais, por meio da representação de personagens negros como protagonistas e com narrativas que destaca o continente africano como múltiplo e diverso” (Debus, 2007). Tais perspectivas se fazem presente nos resultados que Stuart Hall (2006, p.320) nomeia por “lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político cultural”.

Perante todos esses dispositivos legais mencionados no texto, como a Lei de Diretrizes e Bases e Lei 10.639/03 sob consulta, análise e reflexão, eis que há na legislação um documento recente, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2008), visto que é perceptível que ações de obrigatoriedade a partir de Diretrizes que têm por objetivo oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário (SINPRO-DF, 2008), a fim de eliminar injustiças e promover a inclusão social para todos no sistema educacional brasileiro, pois é de grande valia a valorização das diversidades étnicorraciais e culturais que influem na formação

da identidade brasileira, mesmo que ainda assim não se tenha a garantia de sua efetivação na prática. Diante das políticas de reparações mencionadas acima, que visam o reconhecimento e ao comprometimento de pensar maneiras de combater o racismo, temos a demanda de que:

O Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (BRASIL,2004).

Por conta disso, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2008) é fruto do desejo da sociedade, do Movimento Negro, dos coletivos e do povo negro em querer ver e pôr em prática a implementação e a institucionalização de Diretrizes de forma efetiva à sua atuação em exercício (COSTA, 2016).

Com essas medidas, mediante a atuação do Ministério da Educação (MEC), junto com outras secretarias, conselhos deliberativos, Distrito Federal, estados, municípios e sociedade civil é essencial e imprescindível pensar maneiras de como essas correções precisam e podem ser feitas. Com base nisso, discutiremos no próximo capítulo a presença dos personagens e protagonistas negros/as nas obras *A Menina Bonita do Laço de Fita* e *O Menino Nito* e como a representatividade negra aparece de acordo com os parâmetros da literatura infantil, converge para o caminho que não necessariamente está marcado pelo legado negativo da escravidão e como a Lei 10.639/03 nos ajudou a olhar para essas obras que antecedem à lei, mas que contribuem efetivamente para o rompimento de ideologias fundamentadas em desigualdades étnicorraciais.

3. REPRESENTATIVIDADE DE PERSONAGENS NEGROS EM "MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA" E "O MENINO NITO"

Segundo Letícia Maria de Souza Pereira (2005), em seu artigo sobre o movimento letrário afro-brasileiro e escritores dos movimentos negros, demonstra-se que o uso dos termos literatura negra, literatura afro-brasileira ou literatura afrodescendente ainda que não sejam um consenso entre críticos literários e escritores negros, fica evidente que as escrituras, literaturas e textualidades negras têm visibilidade e representatividade para a população negra. Considerando o silêncio que nos envolveu e esmagou durante séculos, que violou o corpo negro em sua integridade física e moral em seu espaço individual e social por conta de um sistema escravocrata no passado, e que hoje por políticas que provocam o genocídio negro e segregação existente em todo território, é perceptível que a literatura negra busca e consolida modos de enunciações representações mais humanizadas, ou seja, sem estigmas, preconceitos ou esteriótipos, na descrição da representação do negro em sua imagem, cultura e contribuição na formação da sua identidade, como afirma Conceição Evaristo, uma das grandes escritoras negras da contemporaneidade (EVARISTO, 2010, s/p).

Entretanto, para Cuti (2010) na sua obra *Literatura Negro-Brasileira*, em que analisa a participação do negro como personagem, autor e leitor na literatura brasileira, o autor afirma que o negro por décadas serviu de objeto pitoresco no Romantismo a tema folclórico no Modernismo, tendo papel de protagonista, de fato, nas últimas décadas do século XX, a partir dos avanços da luta contra o racismo. Nos seus escritos no livro, Cuti destaca que o papel da escrita para diversos autores e poetas negros foi uma forma de resistência em mostrar produções diferenciadas, baseadas em elementos culturais de origem africana e não concorda em denominar as produções literárias feita no Brasil em literatura afro-brasileira e/ou afrodescendente, pois “são expressões que induzem a discreto retorno à África, afastamento silencioso do âmbito da literatura brasileira para se fazer de sua vertente negra um mero apêndice da literatura africana” (Cuti, 2010, p.36).

Ainda em seus escritos, Cuti (2010) denomina as produções literárias escritas por negros com representações da identidade negra como *Literatura Negro-Brasileira*, pois o objetivo de assumir no negro em seus textos e projetar a imagem à sua subjetividade negra nasce na e da população negra que se formou fora da África e de sua experiência no Brasil e que, portanto, “atrelar a literatura negro-brasileira à literatura africana teria um efeito de referendar o não questionamento da realidade brasileira” (CUTI, 2010, p.36).

É fundamental tirar conhecimento de produções literárias que foram referências à condição social do afro-descendentes, pois o conhecimento desses textos e autores são

fundamentais para compreender que a resistência literária ao racismo foi fundamental em nossa história cultural. (PEREIRA; PEIXOTO, 2010)

Portanto, a utilização da expressão “Literatura negra e/ou afro-brasileira” é justificável, pois os escritores negros e intelectuais negros compreendem que a literatura negra se debruça em falar sobre a realidade e identidade do negro, e por trazer a sua história, memória, vida, diferenças e estéticas no contexto literário. Florentina Souza (2005), professora de literatura brasileira da Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que esse espaço é fruto de reivindicações de gerações de escritores negros, que perceberam a construção desse espaço como forma de ser mais uma voz na literatura, que traz a temática da vida cotidiana do afro-brasileiro e também uma permanência por uma construção de uma autoimagem legítima à altura do povo negro, e ainda o resgate de tradições de origem africana por um combate às ocorrências de atitudes marginalizadas decorrentes de discriminações, racismo e preconceitos raciais vividos no cotidiano, sendo “consequências de exclusões de direitos à cidadania que o povo negro sofreu” (SOUZA, 2005, p. 113).

É preciso que o contexto literário não seja mais um promotor de silenciamento entre as vozes negras, pois uma vez ocorrendo o silêncio diante de posicionamentos por questões de escolhas de palavras que denominaram a literatura produzida majoritariamente por negros e para a população negra descendente de africanas e africanos no Brasil, há um arcabouço de preocupações relativas a invisibilidade social sofrida pela população negra e aos estigmas que impossibilitam a valorização das negras e dos negros e ao quanto isso inviabiliza na construção positiva da representação dos mesmos, conforme as pesquisas realizadas por Ana Célia Silva (2011) constataram ao analisar tais questões ligadas ao racismo em livros didáticos e à representação social dos negros em livros didáticos de língua portuguesa. Partindo desse entendimento, o uso do termo literatura afro-brasileira neste capítulo será, de forma preponderante, a explicitar a representação afro-brasileira na literatura infanto-juvenil, na qual se constituem as formas de narrar a identidade afro-brasileira e de representar essa imagem na literatura infanto-juvenil a partir da lei 10.639/03.

Diante dos estudos de Araújo (2017), é perceptível que houve um aumento expressivo em relação as obras literárias que trazem em suas páginas personagens e histórias de pessoas negras, negros, índios, pessoas com deficiência, idosos a partir da Lei 10.369/03, que instituiu e legitimou a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africanas e a lei 11.645/08, que instiga junto a lei anterior o ensino da cultura e histórias indígenas. Contudo, para Oliveira (2008) a quantidade expressiva de produções para o acervo literário com personagens negras e negros, especificamente com personagens em destaque e com papel de protagonista,

não representa de fato a qualidade no tratamento na estética e na escrita para tais personagens. Por conta disso, nota-se que a procura pela literatura infantil que propaga obras com temáticas relacionadas à diversão, ludicidade, com cores ainda são de grande demanda para as produções editoriais, como afirma Araujo (2017).

Por muito tempo, pesquisas relacionadas sobre a perspectiva histórica de personagens negros na literatura infantil e juvenil no Brasil demonstraram que aos poucos os catálogos das editoras no mercado editorial têm-se constituído de composições que prevalecem a valorização da imagem de pessoas negras e a diminuição do racismo que predominava no século XX nas produções literárias infantil e juvenil. Por mais que a influência dos movimentos sociais, civis e o Movimento Negro pudessem tratar de realocar a condição das personagens negras e negros na literatura infantil e juvenil, foram estigmatizados por esteriótipos e violência racial. A posição de protagonismo as personagens negras e negros a partir de uma literatura que buscou trazer a realidade social nos textos e mostrar a vida social de fato como ela é, como demonstrou Zilberman (2003, p. 195), fez com que o negro ao se expor e assumir um papel de protagonista na literatura tivesse por tal efeito a celebração, pois por muito anos as narrativas eram centralizadas nas aventuras e experiências de personagens negras, como afirmou Araujo (2017), porém, os personagens foram imersos a esteriótipos raciais criados e até reforçados a partir do ponto de vista da representatividade.

Atualmente existe um quantitativo expressivo de obras literárias com grande número de títulos e temáticas afro-brasileiras e africanas na literatura infantil, pois a própria literatura infantil e juvenil perpassa por uma ressignificação histórica e começa a integrar no âmbito da política pública um aparato de incentivo à leitura, sendo vanglorioso para as editoras mais um nicho de mercadoria vendável, já que a literatura infantil e juvenil com representações afro-brasileira e africana passou a ser pauta de diversas mobilizações acaloradas por direito de se ver e ser lido na própria história.

A pesquisa de Maria Anória de Jesus Oliveira (2003), que tem destaque e grande referência a literatura infantil, evidencia a análise das produções literárias publicadas entre 1979 e 1989, na qual foram analisadas 12 narrativas infantojuvenis publicadas nesse período. Percebeu-se que a conquista por ter a representatividade da personagem negra e negro na literatura infantil e juvenil no momento foi, de fato, um ato histórico nas décadas de 70 e 80, com o propósito de enaltecer a beleza e os traços físicos do negro e denunciar a pobreza, o racismo e o preconceito racial, por outro lado, as próprias produções literárias colaboraram para a proliferação e o reforço daquilo que se tentou denunciar, como ressalta Oliveira:

O preconceito racial, uma vez que alguns protagonistas negros são em grande maioria associados à pobreza, quando não à miserabilidade humana, a carência de negras e negros desamparados por pai e/ou mãe, negras e negros inferiorizados e sujeitos à violência verbal e/ou física, enaltecidos pelos atributos físicos e/ou intelectuais, com vista ao mito da democracia racial (2003, p.10)

Para pensar o conceito de representatividade apresentado no texto é necessário pensar como a imagem do sujeito negro é transcrito para a literatura infantil e juvenil, pois sabe-se que a construção identitária implica naquilo que é visto, escrito e transcrito na história dita oficial que perpassa nas demandas sociais de construção da identidade. (LIMA; SANTANA, 2017).

Ao pensar sobre representações, Roger Chartier (1990) diz que a representação se perpassa por uma relação de poder, no qual a imaginação se entrelaça com a realidade a partir de um discurso, e a escrita transcreve o enredo discursivo apresentado. Perpassar por essa análise sobre o conceito de representatividade da população negra aprofundadas das obras que serão apresentadas neste capítulo, é necessário explicitar que o conceito de representação abrange na sua longa história muitos entendimentos.

Para Roger Chartier (1990) a representação é uma relação de poder, em que “as percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros” (CHARTIER, 1990, p.17).

Enquanto que Silva (2012) estabelece que na conjuntura histórica ocidental, a representação é ligada a buscar de forma tendenciosas apropriações relacionadas ao real de forma mais verídico possível, a fim de utilizar sistemas de significação, perpassando de forma arbitrária uma atribuição de sentidos e poder. Ficando claro que quem detém do instrumento de poder e a experiência de manejar, intercambiar e retratar o controle do discurso dominante tem o poder de definir e determinar qual significado possui o valor de verdade. (BONIN, 2017). Assim, percebe-se que a representação perpassa pela imaginação sob um prisma discursivo, moldados por situações e fragmentos privilegiados em detrimento de outros.

Por isso, Sandra Jatahy Pesavento (2006) ao falar sobre a imaginação no seu artigo “História & Literatura: uma velha nova história” explica que a imaginação age na sociedade como condutora de concepções e de ações que reforça o imaginário social a partir da realidade que rodeia cada indivíduo, tendo cada sujeito a sua visão de realidade através do seu imaginário e o mundo concebido da forma como é pensado e construído o seu olhar a medida que é vivenciado, visualizado e sentido de várias formas. A própria autora Pesavento (2006, s/p) assegura que ao construir uma representação social da realidade, o imaginário passa a substituir-

se a ela, tomando o seu lugar. O mundo passa a ser tal como nós o concebemos, sentimos e avaliamos. Ou, como diria Castoriadis, a sociedade, tal como tal é enunciada, existe porque eu penso nela, porque eu lhe dou existência – ou seja, significação – através do pensamento.

Marinilda Gomes dos Santos e Patrícia Maria da Silva (2018) em seus estudos sobre a representação da infância negra na literatura brasileira e as novas formas de reexistência, complementam e afirmam o que a Pesavento compreende sobre o imaginário, ao designar e interpretar a compreensão de que o imaginário brasileiro vende uma ideia de percepção que destoa por completo da realidade em que a sociedade vive e que “esse imaginário idealizado chega a ser irônico” (SANTOS & SILVA, 2018, p.799), por conta do nível de diferença entre a ideia disseminada e a realidade.

Ainda no texto *A construção da infância na literatura brasileira: Jônatas Conceição e Conceição Evaristo, reflexões sobre novas formas de reexistência e representações da infância negra* as mesmas dizem que:

É possível perceber uma ausência de representação da infância negra na literatura brasileira, e quando aparece alguma representação infanto-juvenil vem sempre marcado por algum tipo de vulnerabilidade social e econômica. (Santos; Silva, 2018, p. 799).

Por conta disso, as representações estereotipadas dentro da literatura brasileira atuam como forma de conservação de preconceitos e legitimação do racismo no interior dos discursos artísticos e como consequência acontece “a invisibilização de grupos sociais inteiros e o silenciamento de inúmeras perspectivas sociais” (Santos; Silva, 2018; apud Dalcastagnè, 2008)

Dessa forma, para Silva (2014), a literatura infantil tem um papel primordial no desdobramento do orgulho em ser quem você é, no desenvolvimento social e cognitivo das crianças, a fim de se reconhecer e se ver de forma positiva em seus espaços, através das suas próprias histórias e histórias que ela se veem, podendo assim relacionar os conflitos imaginários com os conflitos que vivenciam, trabalhando a oralidade, atenção e referencial para leitura de mundo e aguçar o prazer pelos livros literários.

Nos estudos de Oliveira (2008) sobre o aumento expressivo da produção literária com personagens negras, há possibilidade desse aumento quantitativo não representar um aumento contundente na qualidade em detrimento das personagens negras. Para a autora, que trouxe uma reflexão sobre o viés mercadológico sobre a produção infantil e juvenil nas últimas décadas, percebe-se que a conjuntura atual de produção literária infantil e juvenil no Brasil se encontram:

Obras com inovações temáticas “rememoração de lideranças negras da África e diásporas” (Oliveira, 2008 apud Araujo, 2010) ou ainda, abordando a cosmovisão das religiosidades de matrizes africanas, e de outra estaria a manutenção de “obras eivadas de estereotípias em face aos personagens negros por meio da ilustração e/ou do texto verbal” (OLIVEIRA, 2008, s/p apud ARAUJO, 2010, s/p).

Ainda sim, nessa pesquisa qualitativa ((MOREIRA & CALEFFE, 2008), buscamos indagar como se constitui a representatividade negra em duas obras que antecedem a Lei 10639/03 e como essas obras literárias influenciaram no processo de construção da identidade negra no período anterior as leis antirracistas. O procedimento metodológico utilizado foi uma análise comparativa com base em duas obras publicadas no Brasil destinadas ao público infantil e juvenil, nos textos do livro *Menina Bonita do Laço de Fita* (2001) da escritora Ana Maria Machado e do livro *O menino Nito* (2008) da escritora Sônia Rosa, buscando atender o objetivo do estudo e quais são as perspectivas que reportam às questões étnicorraciais e representatividade a partir da lei 10.639/03.

3.1: SE NÃO FOSSE O COELHO... QUEM SERIA A MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA?

Trata-se de estudo desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa (MOREIRA & CALEFFE, 2008) e o procedimento metodológico utilizado consistiu de uma análise comparativa de dois livros literários afro-brasileiros destinados ao público infantil em diferentes tempos e provenientes de duas autoras brasileiras da literatura infantil. A seleção dos livros foi baseada no alcance dessas publicações como o livro de grande circulação e altamente premiado, publicado na década de 1980, *Menina Bonita do Laço de Fita* de autoria de Ana Maria Machado e outro, na década de 1990, *Menino Nito*, de Sonia Rosa.

Destacamos que na análise apresentada nesse capítulo foi necessário dialogar com autores como Araujo (2017), Debus (2012), Gomes (2012) e Oliveira (2003) que têm suas bases teóricas constituídas nos aspectos políticos em defesa da identidade multi-étnica nas relações etnico-raciais, literatura afro-brasileira construída nas lutas do movimento negro, e que foi de suma importância para o embasamento ao analisar os livros destacados.

O livro *Menina Bonita do Laço de Fita* foi publicado pela primeira vez em 1986 e de lá para cá teve várias reedições e a versão utilizada para a pesquisa corresponde à edição de 2001. A autora desta obra é a Ana Maria Machado, escritora e professora de Letras, formada pela UFRJ e tem uma trajetória marcada por mais de 100 livros publicados em mais de 17 países e o livro em análise foi traduzido em vários países e premiado na Venezuela, na Colômbia e na Argentina.

Menina Bonita do Laço de Fita caracteriza-se entre as literaturas infantis na década de 1980 como o melhor texto contra o racismo já publicado para crianças no Brasil (Feijó, 2008, p.107). O livro conta a história de uma menina negra e de um coelho branco que sonha em ter uma filha bem pretinha tal qual a menina. Machado, em seu blog pessoal, evidencia que o livro não foi escrito com o objetivo de enaltecer questões etnico-raciais, evidenciar as desigualdades étnicorraciais e nem inspirado numa menina negra, mas na sua própria filha, que era branquinha.

A obra *Menina Bonita do Laço de Fita* caracteriza-se entre as literaturas infantis afro-brasileiras que centralizou a imagem da menina negra como protagonista de sua própria história, tendo o propósito de enaltecer os traços físicos e a valorização da cor de pele da protagonista e da personagem denominada de sua mãe através das ilustrações e narrativas, mostrando uma realidade dos personagens negros que dificilmente eram explorados nas obras infantis, uma vez que concordamos com a Débora Oyayomi Araujo (2017, s/p) ao afirmar que

a “literatura afro-brasileira é jovem no Brasil”, pois estudos da Eliane Debus (2017) que abordam à temática da cultura africana e afro-brasileira, a começar pelos personagens negros ou elementos da cultura africana e afro-brasileira em narrativas que compõe a literatura infantojuvenil acontece a partir da década de 1980 e por isso é marcada por diversos obstáculos de diversas ordens, “passando pelo direito à existência no texto até o reconhecimento de suas experiências estéticas nas narrativas” Araujo (2017, s/p)

Essa imagem da *Menina Bonita do Laço de Fita*, que é transmitida pela obra, não prende os personagens da narrativa ao passado histórico de escravidão dos negros no Brasil, ou seja, não constitui a partir de literaturas configuradas por meio de esteriótipos e invisibilidades, “como era de se esperar pelo legado negativo que o sistema escravocrata deixou à população negra no Brasil” (LOBATO & SANTOS, 2012, s/p).

Com o narrador em terceira pessoa, *Menina Bonita do Laço de Fita* aborda como temática o desejo do coelho de ter uma filha pretinha e ao analisar e observar a imagem da capa, na qual aparece o coelho cheio de corações em volta, pode-se idealizar que o coelho esteja apaixonado pela menina, e por isso deseja ser negro como ela para, assim, realizar o sonho de ter filhotes pretinhos como ela.

O coelho como animal branco de olhos vermelhos, que enxerga toda a beleza na menina negra, não carrega consigo as marcas dos preconceitos que os humanos carregam consigo, transmitindo em toda a história afetividade, empatia e acolhimento, no momento de espaço e tempo em que a história foi escrita e que a literatura brasileira edereçada ao público infantil se prevalecia de características que Regina Zilberman (2003, p. 209) chamou de “narrativas que predominavam os principais padrões da sociedade” e enaltecer personagens negros em papéis de protagonista era algo raro de acontecer.

Esse olhar atento do coelho sobre a menina, pode-se considerar exótico, partindo do realismo de que animais irracionais não têm consciência humana sobre ser humano. Porém, em se tratando do imaginário que engloba o enredo da literatura infantil e do livro *Menina Bonita do Laço de Fita*, é possível perceber na narrativa um objetivo de exprimir a partir dos elogios do coelho sobre a menina algo que não existe, pois para Frantz Fanon (2008), pensar sempre no contexto das singularidades do povo preto que teve a sua presença registrada desde o período colonial, porém nem sempre teve a sua cultura registrada e reconhecida como ela é, mas sim “registros e produções, que ao longo do tempo, sofreu apagamentos deliberativos e silenciamentos em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória desta população” (Duarte, p.73) e acaba por criar um distanciamento daquilo que

vivemos como o ser negro hoje, e como compreensão, entendemos que os elogios partindo de um coelho, não condiz com a nossa realidade de seres humanos.

Partindo do início da narrativa, após entender o contexto da imagem da capa do livro *Menina Bonita do Laço de Fita*, em que o coelho já demonstra admiração pela menina negra, percebemos que a construção da imagem da personagem negra nesta obra é consolidada a partir das descrições e adjetivos que o coelho apresenta na história, pois para ele a menina era “a pessoa mais linda que ele já tinha visto em toda a vida” (MACHADO, 2001, p.3) e a posição de destaque, a qual a menina ocupa justamente pela cor e pelos traços de origem negra.

Entendemos que no caminho trilhado pelas personagens negras na literatura infantil brasileira existiu e existem muitos percalços e que através do livro *Menina Bonita do Laço de Fita* nos remete à ampliação dos referenciais imagéticos encontrados na literatura infantil, e que é perceptível uma tentativa de, por meio do estético, gerar um ápice de rompimento a esteriótipos impostos na literatura infantil pelas formulações ideológicas baseados em um padrão estético europeu, “nos quais carregam ideários racistas e inferiorizantes que prevaleceu até os anos 80” (OLIVEIRA, 2008, p/s.).

Em *Menina Bonita do Laço de Fita* existe, através do discurso verbal, observamos questionamentos quanto a aspectos etnicorraciais, nos quais além de apresentar personagens negras e evidenciar a sua beleza, o discurso aponta para o personagem coelho, que se encarrega de questionar à menina como fazer para ter uma filha pretinha e linda que nem ela.

Apesar de se mostrar uma menina feliz, sorridente e esperta, onde pode ser notado, por exemplo, na seguinte ilustração feita pelo ilustrador Claudius na página 7:



(MACHADO, CLAUDIUS 2001, p. 7)

A menina não sabia responder o porquê de ser pretinha e, por isso, criam-se estratégias para que o coelho siga-lhes à risca, de modo que consiga ficar negro e ter filhas pretinhas que nem a menina. Nesse caso, as relações de pertencimento e representatividade são evidenciadas e estabelecidas pelo desconhecimento que a menina demonstra em não saber sobre a sua origem e a sua pigmentação de cor de pele. Sabemos que o entendimento sobre representações no nosso cotidiano é relevante, e a grande diversidade étnicorracial gera conflitos e tensões discursivas em torno da construção de representações. Segundo Silva (2010), a representação é a forma com que a pessoa é representada, não se trata de uma questão de verdadeiro ou falso, mas de questões de representação que estão ligadas ao poder, tendo elementos de forças simbólicas ou manipulação para que certa representação seja construída.

No entanto, é válido destacar que as estratégias, que a menina usa para dar “pistas” ao coelho de como ficar pretinho igual a ela, demonstram o esforço para amenizar o racismo e o silenciamento que a população negra sofre sobre a sua história e a sua ancestralidade.

As tentativas sem sucesso do coelho em ficar preto, seguindo as pistas da menina, demonstram a parte cômica da história e também a inversão de papéis, em que a condição animal e irônica é transferida para o coelho branco, compreendendo, a partir da afirmação de Silva (2010), que a influência das representações se dá em vários contextos e de diversas formas, contrariando assim o imaginário social e atribuindo de forma pespicaz a representação do negro através da beleza, inteligência e inventividades perpassados pela *Menina Bonita do Laço de Fita*.

Em toda a história, a autora destaca a menina negra de forma que o leitor perceba o protagonismo em torno da personagem e a importância da representatividade para a população negra, bem como a aceitação de sua identidade racial por meio do desenvolvimento nas narrativas, apesar de Machado afirmar que não teve essa intenção quanto escreveu a obra, como descreve (Rosa, 2017).

Por mais que a autora afirme que não tinha pretensão de colocar em evidência as questões étnicorraciais, a narrativa e as imagens do próprio livro se encarrega de apresentar elementos que agregam o discurso pela aceitação da identidade negra.

Com isso, podemos inferir através da análise que o diálogo e os questionamentos entre a menina e o coelho demonstram um interesse em apresentar uma justificativa para a sua pigmentação de pele e que as histórias que foram silenciadas sobre a sua ancestralidade precisam ser compartilhadas com o coelho, a fim de mostrar que as culturas e as identidades

não se constituem sozinhas, e sim a partir da sua relação com o outro. De fato, “a ideologia da identidade nacional brasileira é marcada pela ideia de mistura e miscigenação” (COSTA, 2009, p.57) e a “representação são constitutivas da vida social intercambiados nas interações pessoais por meio de multiplas linguagens” (DALCASTAGNÈ, 2017, p. 166)

No entanto, ao lermos um trecho da história e notarmos nas ilustrações feitas pelo ilustrador Claudius nas páginas 19 e 20:



(MACHADO, CLAUDIUS 2001, p. 19 e 20)

Percebemos o coelho apaixonado pela coelha pretinha e logo em seguida os seus filhotes:

Tinha coelho para todo gosto: branco bem branco, branco meio cinza, branco malhado de preto, preto malhado de branco e até uma coelha bem pretinha. (Machado, 2001, p.21)

O texto, ao apresentar as imagens de coelhinhos diversos a partir do envolvimento do coelho branco com a coelha pretinha, exalta uma abordagem que inclui em celebrar as diferenças, ao mesmo tempo exprimir uma ideia em relação à miscigenação vinculada "pela política de branqueamento" (Debus, 2017, p.30) e não à mistura entre as diferentes etnias, ressaltando o momento e o contexto em que a história foi escrita, confinada às iniciativas de valorização a identidade negra, mas, ao mesmo tempo, subsidiada em estereótipos da década de 80, pois Oliveira (2003) afirmava que a “tendência desse período de construção de personagens negras, atua por realçar o mito da democracia racial, com apelo à miscigenação e a ausência de discriminação racial no Brasil” (Oliveira, 2003 apud Araujo, 2018).

Sobretudo, por meio das imagens ilustradas dos coelhinhos com a pigmentação diversa, que há na obra um reforço a uma política de branqueamento do povo brasileiro que

aconteceu durante décadas no Brasil, desde da libertação dos escravizados até a possibilidade de branqueamento com a entrada maciça de imigrantes a partir de “uma política agressiva de tornar o país mais claro” (SCHWARCZ, 2012, p. 39).

Essa representação presente nas imagens ilustradas pelo coelho, pela coelhinha pretinha e seus filhotes mestiços no final da história incita por apresentar uma imagem que se encaminha para um entendimento de celebrar a diversidade como no sentido de respeitar o outro, aceitar a diferença. Contudo, observarmos a incitação ao conformismo a partir de uma visão reducionista ao apresentar nas imagens da história uma valorização da mestiçagem, fomentando assim o mito da democracia racial. (LIMA, 2005).

Por mais que a escritora afirme que não tinha pretensão de colocar em evidência os questionamentos histórico-sociais e os temas raciais na sociedade brasileira, a produção literária *Menina Bonita do Laço de Fita* rompeu com a “mentalidade dominante voltada para os ideais de progresso e civilização, apagando os negros nos textos literários” (Araujo, 2017), e inovou ao atribuir o papel principal a uma menina negra e ao apontar a representatividade a partir do conceito de imagem, a importância de se olhar e se ver diante da sua semelhança.

Porém, percebe-se uma tendência em evidenciar a menina negra e ao mesmo tempo a mestiçagem, de forma a camuflar e apaziguar o racismo, os problemas sociais, contribuindo de forma consciente, com o mito da democracia racial, como de fato afirma Gomes (2005):

Pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre esses dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídas sobre esse grupo racial. (GOMES, 2005, p.57; apud LOBATO; SANTOS, 2012, s/p)

Assim, de acordo com Munanga (1999), o aspecto da mestiçagem é peculiar à humanidade, porém a forma como será imposta e hierarquizada, com sentido ideológico, converge e estabelece hierarquicamente para a aproximação com a imagem e estética do branco.

Por essa razão, a história ilustrada com imagens da menina negra, o coelho branco, a coelha pretinha e os filhotes mestiços, reforça o quanto a estruturação de um personagem/protagonista quando não se constitui pela pigmentação branca, tem-se a ter a abordagem da mestiçagem na história.

Contudo, é necessário observar que a própria Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 refletem uma luz nas reflexões e nos diálogos que nos permitem pensar em situações sobre a promoção da identidade negra e o combate ao racismo, a importância do diálogo à valorização da representatividade negra que propicia a literatura infantojuvenil a contemplar o ser negro, na qual, até então, não era discutida no momento histórico em que livro *Menina Bonita do Laço de Fita* foi escrito, deixando, evidente, que as políticas públicas podem, de fato, reorganizar e repaginar as formas de pensar e compreender as identidades negras.

3.2: NITO, A SUA IMAGEM VALE MAIS DO QUE MIL PALAVRAS

O livro *O Menino Nito* foi publicado pela primeira vez em 1995, porém, a versão utilizada para esta análise corresponde à edição relançada pela Editora Pallas em 2002. A autora desta obra é Sônia Rosa, formada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pós-graduada em “ Teorias e Práticas da leitura” pela PUC/RJ, professora da rede municipal do Rio de Janeiro há mais de 30 anos, orientadora educacional, contadora de histórias e escritora, que nasceu e mora no Rio de Janeiro. Em 1999 recebeu pelas mãos do prefeito Luiz Paulo Conde o diploma de “Orgulho Carioca” em reconhecimento pelo desempenho a favor da Educação Pública Municipal, recebeu o selo Altamente Recomendável da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

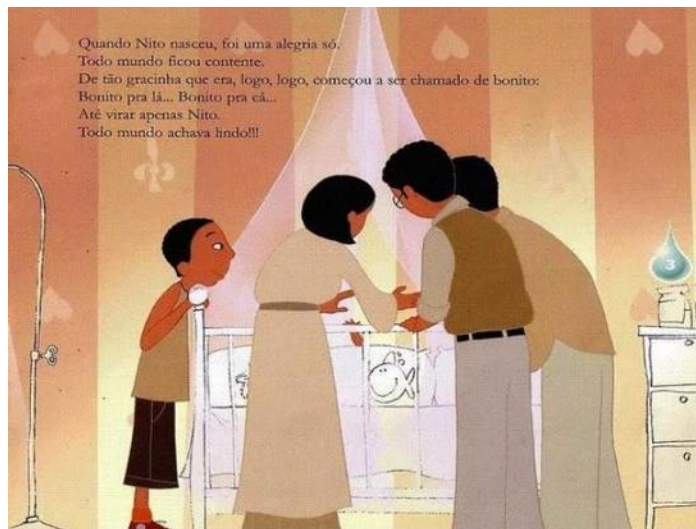
O Menino Nito caracteriza-se entre as literaturas infantis afro-brasileiras que busca representar a população negra em papel de protagonista, a fim de ressaltar a identidade racial através de elementos que compõe o conhecimento científico, acesso à informação, pertencimento étnicorracial, no qual o ser negro favorece uma auto-estima a partir da imagem favorável ao leitor negro, permitindo também ao leitor não negro, uma visão dos personagens negros visíveis que remetem para a valorização da estética negra que, no entanto, dificilmente é abordada e valorizada nas obras infantojuvenis afro-brasileiras.

Essa imagem do negro, apresentada na história *O Menino Nito*, perpassa a preocupação da autora em criar laços de identidade negra com o leitor negro, realçando características do cabelo crespo, a cor de pele mais pigmentada e se distancia de “uma imagem estereotipada, criada em períodos subsidiados em ideários racistas e inferiorizantes” (Oliveira, 2008, s/p) com personagens relacionados a narrativas do passado histórico, “composta por imagens de negros escravizados e humilhados, resultante de uma herança negativa que o sistema escravocata deixou à população negra no Brasil” (Lobato; Santos, 2012, s/p)

Dessa forma, os personagens negros da obra *O Menino Nito* nos possibilita inferir, a partir das ilustrações, o negro com *status* parecido ao de qualquer outro cidadão, com situações cotidianas, sendo permissível assim “ver fatores a ser considerados positivos dentro de uma sociedade que todo momento propaga preconceito e atitudes discriminatórias” (Costa, 2016, p.?).

Na história, todos os personagens são negros: Nito, a mãe do Nito, o pai do Nito e o Dr. Aymoré, sendo o Nito o personagem principal. A história não demarca o espaço e o tempo em que a narrativa acontece, porém, sabemos que a obra foi publicada em 1995 pela primeira

vez, período esse que ainda não tínhamos a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. Ainda assim, é possível perceber que a história ocorre na contemporaneidade, devido as imagens dos personagens negros serem modernos, o espaço é a casa da família, oferecendo ao público leitor uma imagem positiva e significativa que fomenta a aceitação pelo cabelo crespo e coloca em ênfase a cor de pele mais pigmentada como aspecto positivo à construção da identidade negra, como aparece na ilustração feita pelo ilustrador Victor Pires na página 03:



(ROSA, PIRES 2002, p. 3)

A imagem que remete ao título, nota-se que a construção da imagem do personagem negro na história se materializa a partir da adjetivação com o qual se refere ao personagem principal, Nito, o que podemos perceber no seguinte trecho: “De tão gracinha que [Nito] era, logo, logo, começou a ser chamado de bonito: Bonito para lá... Bonito para cá... Até virar apenas Nito” (Rosa, 2002, p.3)



(ROSA, PIRES, 2002, p. 3)

Percebemos que, ao extrair desse discurso junto à sua imagem, faz com que seja nítido e perceptível a ampliação dos referenciais imagéticos encontrados na literatura afro-brasileira remando contra aquilo que ainda acontecia nas décadas finais do século 20: “As oscilações e ambiguidades por iniciativas de valorização das identidades negras ao mesmo tempo um forte apelo à miscigenação racial” (Araujo, 2018, s/p).

Por mais que ocorra essa oscilação e momentos de ambiguidades nas décadas finais do século 20, nos quais Oliveira (2003) enfatiza o quanto era enaltecido o discurso de ausência de discriminação racial no Brasil e a passividade e a subserviência que eram encontradas nos personagens negros. Observamos na obra *O Menino Nito* um reflexo, de que houve, gradativamente, por meio da atuação do Movimento Negro, o questionamento sobre as imagens estereotipadas, resquícios do período escravocrata e o racismo na literatura brasileira e de novas formas de representação do negro, levando, assim, a própria produção literária, a se questionar e a permitir novas escritoras e escritores negros a produzir as suas próprias narrativas, tecendo várias faces de protagonistas negras e negros, como a escritora negra Sonia Rosa em *O Menino Nito*. No livro, podemos inferir, através do estético e imagético, um momento de ruptura a estereótipos baseados em padrões baseados em padrões estéticos europeus, trazendo a imagem do negro “próximo aos propósitos do movimento da negritude, no que tange à resignificação e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira (OLIVEIRA, 2008, s/p).

De fato, em *O Menino Nito*, não existe referência, através do discurso verbal, de aspectos étnicorraciais, nem de conflitos que decorram diretamente de questões raciais, ou situações de discriminação e preconceito racial. Na obra, o aspecto racial não gera desconforto na narrativa e não se caracteriza através das imagens do livro. Pelo ao contrário, através das imagens podemos perceber uma proposta de representar os personagens negros de forma naturalizada, em diálogo com a diversidade étnicorracial brasileira, com valorização acentuada do visual, deixando a critério do leitor, uma possibilidade de estabelecer a relação da imagem do negro de forma natural, por meio das ilustrações, em que todos os personagens são negros.

A imagem da família negra em *O menino Nito* rompe com os estereótipos criados sobre a família negra, negro/pobre e desamparadas, e essa quebra de paradigma, nas quais as ilustrações apresentam os personagens com condições financeiras de contratar, em domicílio, os serviços de um médico negro particular e apresentar a residência da família nos moldes de uma residência de família de classe média, evidencia a importância do fator estético na

produção de literaturas afro-brasileiras, como forma de romper de forma naturalizada, “hierarquias entre personagens brancas e negras, e a presença do branco como representante exclusivo da humanidade (branquidade normativa) (ARAÚJO; SILVA, 2012, p.211).

Essa configuração, na qual os protagonistas negros compõem a trama, remete para a valorização da estética negra, fazendo com que a narrativa gire em torno de um menino negro, propícia de uma variedade de ilustrações que transita com a narrativa de forma positiva, trazendo os significados visíveis das imagens, que integram o discurso pela aceitação da identidade negra e propaga ensinamentos que restabelece o sentido de identidade e representatividade.

Ao final da obra, a imagem do menino negro alegre, com ênfase na intensa felicidade que o menino demonstra, faz com que repensemos: Quantos finais felizes de personagens negros já visualizamos em literatura infantojuvenil? Essa imagem do menino negro alegre e feliz nos leva a comparar com os célebres finais felizes do “viveram felizes para sempre” e perceber as possibilidades que a literatura infantil afro-brasileira através da estética e da imagem proporcionam, em ilustrar em situações do cotidiano, uma família negra feliz, mesmo que em dias difíceis que vivemos hoje, é possível, efetivar, mesmo que seja na literatura infantojuvenil afro-brasileira, uma ruptura aos “modelos ideológicos impostos” (LOBATO; SANTOS, 2012).

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa realizada buscou por meio da análise comparativa, propor um diálogo entre dois livros literários infantojuvenis afro-brasileiros, com o objetivo de compreender como se deu a representatividade negra em momentos que antecederam a Lei 10.639/03. Retomamos as questões que nos orientaram na análise do material foram: como a representação e identidade dos personagens negros são constituídos nos livros infantojuvenis afro-brasileiros anteriores a legislação antirracista? A literatura infantojuvenil que antecede a legislação antirracista representa o personagem negro pela visão eurocêntrica, estereotipada e desprestigiada?

A análise evidenciou que os dois livros buscam pela valorização da identidade negra por meio da apresentação da imagem do negro e da figura feminina negra com a aparência e status parecidos de qualquer outro cidadão. Essa constatação se atribui a atuação do Movimento Negro e grupos ativistas em desnudar o racismo na literatura brasileira no final do século 20, e que perpassou por processos de questionamentos e revisões, a medida que a representação da/o negra/o na literatura foi dando espaço e mostrando “sua resistência ao enfrentar os preconceitos e resgatando sua identidade racial” (JOVINO, 2006, p.189) e se mostrou essencial para a construção de políticas antirracistas.

Esse processo de construção de identidade perpassa por diversos fatores, e como nos evidenciou em um dos seus estudos, Munanga (2012) ao afirmar que a identidade negra perpassa por contextos diferentes, como psicológicos, linguísticos e históricos nos evidencia que não podemos dissociá-los ao investigar sobre a identidade étnicorracial, e por isso, nos dois livros, a imagem e a narrativa nos aponta para um novo viés, que nos remete para o entendimento da valorização da cultura afro-brasileira e para representatividade negra sendo possível na literatura infantojuvenil.

A partir do momento que a Lei 10.639/03 joga uma luz em situações que até então não eram discutidas no momento histórico que a história foi escrita, como a abordagem da diversidade e o exótico a partir da relação da Menina Bonita e o Coelho no Livro *A Menina Bonita do Laço de Fita*, percebemos que o livro não atinge da mesma maneira o objetivo de pensar os conflitos que permeiam as relações étnicorraciais.

Enquanto que no segundo Livro *O Menino Nito*, as imagens dos personagens negros nos levam a considerar que o objetivo da obra é trazer características da contemporaneidade e apresentar personagens negros vivenciando situações do cotidiano, reconhecimento de ser negro diante de uma sociedade que excluem grupos étnicorraciais, valorizando assim os traços

fisionômicos e pigmentação da pele dentro de uma sociedade que todo momento propaga o preconceito e atitudes discriminatórias.

Este trabalho pretende ser um canal de diálogo, visando agregar a importância de valorizar a identidade negra e a representação negra nos livros literários, a fim de propagar a igualdade racial e o orgulho da pigmentação da pele diante da luta que essa carrega. Além de me permitir desenvolver competências de investigação para as abordagens etnicorraciais.

O trabalho não tem um viés conclusivo e pode ser estudado como início de uma pesquisa que tem por objetivo aprofundar o tema, considerando que existem professores que se encontram em posição de telespectador diante dos estudos e formação na luta por práticas antirracistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ENTRE PERCALÇOS E PERCURSOS, ANDAMOS UM POUQUINHO MAIS.

Se retornarmos a ideia inicial desse projeto, pensaríamos que seria impossível de se concretizar, sabendo dos percalços durante todo caminho até aqui, os silêncios, os preconceitos e o racismo, incluindo o espaço e currículo acadêmico ainda cânone, que não aplica na prática a obrigatoriedade dos estudos correspondentes a educação para as relações étnicorraciais no curso de Pedagogia. Estudar e se debruçar a compreender a representatividade e a identidade negra em dois livros infantojuvenil que antecedem a lei 10.639/03 é entender e observar quantos passos foram dados para que chegássemos até aqui, para sim, poder dizer em tom de protesto: chegou a nossa vez!

São conquistas que nos possibilita a perceber, quantas vidas negras são mudadas quando vivenciam a representatividade de forma humanizada, revereciam protagonistas negras e negros com altivez e percebem diante dos seus olhos uma literatura afro-brasileira que nos causam orgulho, empatia e esperteza.

E que a luta continua, por uma literatura trilhada por novos caminhos, se distanciando cada vez mais de uma literatura infantojuvenil canônica, e se aproximando de todos os grupos que estejam abertos a se debruçar numa literatura que potencializa e representa todos de forma humanizadora.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ludmila; CORSINO, Patrícia. Critérios para a constituição de um acervo literário para as séries iniciais do ensino fundamental: o instrumento de avaliação do PNBE 2005. In: PAIVA, Aparecida et al. (Org). *Literatura saberes em movimento*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007.
- ARAUJO, Débora Cristina de. *Caminhos trilhados pelas personagens negras na literatura infantil brasileira: percalços e percursos* TOM UFPR, v. 3, p. 20-42, 2017. Disponível em: https://issuu.com/tom_ufpr/docs/tom6. Acesso em: 13/12/2018
- BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, Volume 1, 1998a.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, Volume 2, 1998b.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, Volume 3, 1998c.
- BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC/Secad, 2006.
- BRASIL. Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC, 2008.
- BRERO, Caroline Elizabeth. *A recepção crítica das obras: A menina do Narizinho arrebitado (1920) e Narizinho arrebitado (1921)*. 2003. 263 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003.
- CANDIDO. Antonio. *O direito à literatura: vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- COSTA. Vanessa Paixão da . *Literatura Infantil e Identidade Negra: Um estudo preliminar sobre livros usados na literatura infantil*. Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

CUTI. “ Literatura Negra Brasileira: notas a respeito de condicionamentos”. In: Reflexões sobre a literatura afro-brasileira. São Paulo, 1985.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

DEBUS, Eliane. A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens. - São Paulo: Cortez: Centro de Ciências da Educação, 2017.

DEBUS, Eliane Santana Dias. A representação do negro na literatura para crianças e jovens: negação ou construção de uma identidade? In: AZEVEDO, Fernando et al (Orgs.) Imaginário, identidades e margens-estudos em torno da Literatura Infanto-juvenil. Vila Nova de Gaia: Gailivros, 2007. p. 262-269.

_____, E., & Balça, Ângela. (2008). LITERATURA INFANTIL PORTUGUESA E BRASILEIRA: CONTRIBUTOS PARA UM DIÁLOGO MULTICULTURAL. *Via Atlântica*, (14), 63-74. <https://doi.org/10.11606/va.v0i14.50380>

EVARISTO, Conceição. “ vozes-mulheres”. In: Cadernos Negros, v.13. São Paulo: Quilombohoje, 1990.

_____. . Becos da memória. 2ª edição. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

FEIJÓ, Mário. Literatura Infanto-Juvenil. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2008.

FERNANDES, Ana Carolina Vaz de Oliveira Operação Princesa: os critérios de qualidade da FNLIJ, sua relevância para o mercado editorial e a formação de leitores / Ana Carolina Vaz de Oliveira Fernandes. 2013.

FITTIPALDI, Ciça. O que é uma imagem narrativa? In: OLIVEIRA, Leda de (Org). O que é qualidade em ilustração no livro infantil e juvenil: com a palavra o ilustrador. São Paulo: DCL, 2008.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a06v31n1.pdf>. Acesso em: 19/10/2018.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo. *Educação & Sociedade*, v.22 n.2, jul./dez. 1997

JOVINO, Ione da Silva. *Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil*. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 179-217

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Negros personagens nas narrativas infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989*. Dissertação (Mestrado em Educação). Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2003.

_____. *Literatura afro-brasileira infanto-juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros*. In: Anais... XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências. 13 a 17 de julho de 2008, USP –São Paulo, Brasil. Disponível em: http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/024/MARIA_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 19/10/2018

PEREIRA, L. M. S. . *Etnicidades: (com) passos e impasses nas letras de Gilberto Gil*. 2005. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Sandra Jatahy Pesavento, « História & literatura: uma *velha-nova* história », 28 de Janeiro, 2006

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, M. G ; SILVA, P. M. . A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA NA LITERATURA BRASILEIRA: JÔNATAS CONCEIÇÃO E CONCEIÇÃO EVARISTO, REFLEXÕES SOBRE NOVAS FORMAS DE REEXISTÊNCIA E REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NEGRA. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, Rio de Janeiro, p. 794 - 810, 02 jan. 2018.

MACHADO, Ana Maria. *Menina Bonita do Laço de Fita*. Ilustração de Claudius, São Paulo, Ática, 2001.

MOREIRA, H. & CALEFFE, L. G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 3. ed Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ROSA, Sonia. *O Menino Nito*. Ilustração de Victor Tavares, Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

ROSEMBERG, F. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global, 1985.

SILVA, A. C. da . *Movimento Negro Brasileiro e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial*. *Revista da FAEEBA*, FAEEBA, v. 11, p. 139-151, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In_____.Identidade e Diferença: a perspectivba dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

Schwarcz, Lilia Moritz Nem preto nem branco, muito pelo contrário : cor e raça na sociabilidade brasileira / Lilia Moritz Schwarcz. — 1ª- ed. — São Paulo : Claro Enigma, 2012.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2003